

## REVOLTA DA VACINA: HIGIENE E SAÚDE COMO INSTRUMENTOS POLÍTICOS

CINTIA LIMA CRESCÊNCIO\*

### RESUMO

O estudo busca a compreensão da Revolta da Vacina a partir do jornal da cidade do Rio Grande *Echo do Sul*, fazendo uso da imprensa não como o real significado da revolta mas como mais uma representação de um acontecimento histórico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Revolta da Vacina; imprensa rio-grandina; saúde pública.

A Revolta da Vacina é um movimento comumente citado como tendo sido uma reação de cunho exclusivamente popular, encorajada pelo descaso das autoridades para com a higiene e a saúde. Esse “abandono urbano” pelo qual passava o Rio de Janeiro não foi combatido apenas com soluções práticas e diretas de higienização de casas, ruas e mercados, mas com uma lei que instituiu a obrigatoriedade da vacinação, provocando desconforto popular diante da agressividade da medida, elemento, teoricamente, propulsor da revolta.

Entretanto, mais do que um movimento de indignação popular contra as decisões governamentais, a Revolta da Vacina no Rio de Janeiro determinou uma comoção sediciosa que emergiu em meio a um contexto de confrontos políticos entre as autoridades brasileiras, conflitos que foram relatados diariamente pela imprensa, pretensamente preocupada em zelar pela saúde pública e também em definir suas posições políticas. Diante disso, este escrito pretende analisar esse acontecimento a partir de um ponto de vista político, acentuando de que forma parte da imprensa da época entendeu a Revolta da Vacina.

O objetivo do presente trabalho é, portanto, entender a Revolta da Vacina a partir do jornal rio-grandino intitulado *Echo do Sul*<sup>1</sup>, jornal que se autodefinia, na época, apesar de seu caráter local, como uma folha

---

\* Graduada do curso de História – Bacharelado – FURG.

<sup>1</sup> O *Echo do Sul* foi fundado em 1856 e fechou suas portas quando foram abolidos os partidos políticos em 1937 (RÜDIGER, 2003, p. 43).

de ampla tiragem em todo o estado, e que teve a mais longa permanência dentre os jornais rio-grandinos. Para efetivar este trabalho, foi inevitável a seleção temporal, abrangendo o período entre 1º de setembro de 1904 e 18 de novembro de 1904, sendo explorados como fontes exatamente 39 exemplares da folha rio-grandina, em que telegramas, artigos e cartas expressam a situação sanitária e política do país e também do Rio Grande, cidade ameaçada por focos crescentes de epidemias.

Como se trata de uma fonte primária, no caso os jornais, vale destacar que este trabalho aborda a análise do discurso, entendendo o “corpo do jornal” como uma representação de sua época. De acordo com Eleonora Costa (1997, p. 190), as fontes primárias devem ser percebidas como acontecimentos discursivos que atribuem sentidos a suas observações.

Em vez de se pretender trabalhar os indícios históricos (fontes) com a convicção de que estes nos levam à reconstrução do acontecimento, tomamo-los como uma construção discursiva. Ou seja, a fonte histórica é também um acontecimento que deve ser desvendado como construção discursiva, como monumento (COSTA, 1997, p. 190).

É importante atentar ao fato de que a análise recai sobre um jornal que é administrado por um proprietário, tem suas páginas repletas de artigos escritos por vários e diferentes homens e estes possuem suas convicções políticas, morais, religiosas, sendo o conteúdo do *Echo do Sul*, portanto, o produto finalizado de uma construção discursiva. Diante disso, não é viável procurar o “real” discurso nas linhas da folha rio-grandina.

Para Foucault (2006), é inútil a busca de verdades, historiadores e historiadoras seriam produtores de ficções, na medida em que cada um se lança na tentativa de reconstruir um fato que culmina em uma narrativa, mas que, no entanto, não passa da própria significação que atribuímos a esse fato. Este escrito, portanto, não ousa afirmar o real significado da revolta, ou de seus motivos, ou ainda, dos interesses que a margearam, mas sim, fazendo uso da imprensa, buscar mais uma representação desse acontecimento histórico.

O jornal *Echo do Sul* expressa significativamente o empenho da imprensa em contestar a questão da higiene no cenário brasileiro, que de maneira ampla pode ser entendida como precária, visto que o país está envolto na emergência de uma série de epidemias como a febre amarela, a peste bubônica e a varíola. É relevante atentar, contudo, ao fato de essas manifestações em defesa da saúde da pátria não serem

simples necessidades sanitárias, mas principalmente uma forma de enfraquecer a administração vigente.

A república é instaurada em 1889, virando a página monárquica da história brasileira. A fase de 1889 a 1930, posteriormente chamada República Velha, é marcada por um Brasil governado pelas intituladas elites do café, em que a participação popular era mínima<sup>2</sup>. É relevante destacar que a república brasileira surgiu de um golpe militar, evidenciando-se as raízes da influência militar na nossa política ao longo de toda a história, inclusive na própria eclosão da Revolta da Vacina. Em 1891 era elaborada a Constituição brasileira, inspirada na estadunidense. Apenas em 1894 o Brasil conhecerá um presidente civil, na figura de Prudente de Moraes, mas também membro das elites cafeeiras, que tem um governo perturbado pela crise e pelo “intolerável” obstáculo da Guerra de Canudos (1896-1897). Em 1898 assume o governo outro representante da cafeicultura, Campos Sales, inaugurando uma nova fase da política brasileira, a conhecida política do café-com-leite, em que as oligarquias paulistas e mineiras revezariam o comando da república. Finalmente, em 1902 assume o poder Rodrigues Alves<sup>3</sup>, comandante do cenário em que se desenrolará a Revolta da Vacina no Rio de Janeiro.

O governo de Rodrigues Alves é marcado por grandes obras públicas e de saneamento, em que as preocupações com os serviços de higiene emergem como essenciais, também sob influência do continente europeu, que vivera nas décadas anteriores períodos de grandes epidemias. Nesse contexto, ressalta-se a figura de Oswaldo Cruz, renomado médico sanitário, que pôs em prática a vacinação sem maiores esclarecimentos à população, o que teria provocado a indignação do povo, que saiu às ruas em protesto, na medida em que tal decisão ia de encontro aos direitos do homem, exaustivamente destacados pela imprensa.

Esses direitos do homem citados pelo jornal vinculam-se com a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* de 27 de agosto de 1789, a qual se expandiu com a eclosão da Revolução Francesa. A

---

<sup>2</sup> Carvalho (1987) afirma que 80% da população carioca não tinha direito à participação política pelos mecanismos eleitorais no período da revolta, enquanto os 20% restantes não se preocupavam em exercê-la.

<sup>3</sup> Algumas medidas do governo Rodrigues Alves: construção do Teatro Municipal e da Biblioteca Municipal; auxílio à construção da Faculdade de Direito em Recife e de Medicina em São Paulo e Salvador; melhorias na estrada de ferro da Central do Brasil, aquisição de navios de guerra; reorganização da capital carioca, visando a melhorias no porto e no saneamento da cidade, como meio de estimular a imigração para o Brasil (CARVALHO, 1987).

*Declaração* possui três características essenciais: intelectualismo, mundialismo e individualismo. Os *Direitos do Homem* declaram que: o respeito à isonomia, à liberdade, à propriedade, à reserva legal, à anterioridade da lei penal, à presunção de inocência, à liberdade religiosa e à livre manifestação de pensamento são as únicas maneiras de evitar males públicos e corrupção governamental<sup>4</sup>. Esses direitos eram costumeiramente citados pelo *Echo do Sul* como princípios básicos de uma sociedade civilizada, preceitos que obviamente não estavam sendo respeitados, dada a discussão sobre a obrigatoriedade da vacinação.

Em meio à agitação popular causada pelo autoritarismo da medida, militares<sup>5</sup>, que eram contra a vacinação obrigatória, e que paralelamente viram nessa medida uma forma de enfraquecer o poder vigente, entram em conflito com outros militares que lutam ao lado do governo, ou seja, defendem a obrigatoriedade da vacina. Tal aspecto do princípio do combate apresenta-se como forma de demonstrar que o próprio exército não era uma instituição homogênea, com interesses convergentes, o que é evidenciado pela divisão de forças em relação ao estopim da revolta, assim como também ocorreu com a Câmara e com o Senado, que se viram divididos e impulsionados a tomar uma posição.

O Rio de Janeiro vivia um período de intensas comoções sanitárias, agravadas pela postura do presidente Rodrigues Alves, que, ao assumir o cargo, declarou: "Meu programa de governo vai ser muito simples. Vou limitar-me quase exclusivamente ao saneamento e melhoramento do porto do Rio de Janeiro"<sup>6</sup>. Assim, o presidente demonstrou qual seria o foco de sua campanha, influenciada ainda pelo fato de muitos navios estrangeiros se recusarem a atracar no porto carioca, o que era divulgado pelo *Echo do Sul* através de telegramas vindos da capital federal.

O prefeito Pereira Passos, do Rio de Janeiro, pôs em prática o

---

<sup>4</sup> Direitos dos Homens. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/tertuliano/apostila01.html>. Acesso em: 15 mar. 2008.

<sup>5</sup> De acordo com Carvalho (1997, p. 193-194), o ambiente das escolas militares que apoiaram o levante, isto é, da Escola Militar do Realengo e da Escola Militar da Praia Vermelha, nada tinha de "militar". Segundo ele, essas duas escolas viviam na época um clima intelectual pautado no estudo da filosofia, das letras, da matemática. Isso teria ocorrido em função da infiltração do positivismo nos muros militares, o que fez com que as escolas adquirissem um caráter de centro de estudos. Carvalho afirma ainda que as intervenções militares promovidas por oficiais inferiores, como era o caso das escolas, foi muito freqüente na primeira república.

<sup>6</sup> Discurso de posse de Rodrigues Alves, em 15 de novembro de 1902. In: Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ccs.saude.gov.br/revolta/revolta.html>. Acesso em: 15 mar. 2008.

chamado “bota-abaixo”, promovendo a derrubada de casarões e cortiços que, supostamente, eram os principais focos de infecção. O governo passou ainda a pagar à população pela captura de ratos, convencido de que estes eram os principais transmissores de doenças; espalhou policiais sanitários pelas ruas cariocas, removendo lixo e aplicando raticidas. A peste bubônica e a febre amarela foram controladas, mas a varíola resistiu à política de saneamento, e assim a lei da vacinação obrigatória foi instituída, de maneira autoritária e contrariando a vontade popular, em 31 de outubro de 1904.

O *Echo do Sul* traz um longo histórico sobre a discussão do projeto de vacinação obrigatória na Câmara Federal, em que revela discursos a favor e contra a obrigatoriedade da vacinação, destacando ainda o grande número de emendas propostas ao projeto inicial, criticado por ser uma afronta às liberdades individuais, especialmente no que se refere à livre manifestação de pensamento. Ao longo desse histórico o jornal apresenta-se a favor da vacinação, fazendo, porém, ressalvas à obrigatoriedade.

Sabemos, tanto pela experiência colhida em longos anos de observação, como pelo estudo da matéria, que a vacina é indiscutivelmente o único meio de premunir o indivíduo contra o ataque da varíola. Porém, é preciso que essa convicção se arraigue no espírito de todos, de forma a elucidar aqueles que ainda duvidam da sua eficácia. Recorrer, no entanto, à violência, é contribuir para o maior repúdio da vacina, mesmo porque, entendo, a ninguém compete exigir desta ou daquela pessoa que se preste, contra a sua vontade, a receber no próprio corpo a preciosa linfa.<sup>7</sup>

O jornal afirma-se a favor da vacina como meio de combater a epidemia, mas se opõe à obrigatoriedade primeiramente sugerida e, posteriormente, imposta pelo governo. É importante destacar que o *Echo do Sul* passa nesse período por uma transição, em que “ocorreu uma diminuição considerável na quantidade de pronunciamentos político-partidários” (ALVES, 2001, p. 110). Entretanto, o jornal mantém uma postura a favor dos ideais republicanos, sendo um crítico feroz do positivismo e, conseqüentemente, da política castilhista. O *Echo* afirma-se, portanto, como um jornal de oposição. Complexo é definir a posição da opinião pública em relação a todos os acontecimentos que eclodiam na capital federal e que eram narrados pela folha de Rio Grande, indagação relevante, já que este trabalho se propõe analisar até que ponto foi efetivo o envolvimento dos populares com a sublevação carioca.

---

<sup>7</sup> MALAQUIAS. As quintas. *Echo do Sul*, Rio Grande, 1.º set. 1904.

De acordo com Jean-Jacques Becker (2003, p. 187), conceituar opinião pública é praticamente impossível, dada sua “inconsistência”, no entanto ele afirma que a história da opinião pública “é ‘passiva’ na medida em que descreve atitudes, comportamentos, mas ‘ativa’ quando procura saber – o que na maioria das vezes é muito difícil – se a opinião pública influenciou na evolução histórica, no acontecimento” (BECKER, 2003, p. 187). Aplicando tal definição, chega-se ao questionamento de como a Revolta da Vacina entrou para a história como um levante popular, quando um jornal da época ignora, simplesmente, qualquer espécie de contato das massas com a revolta.

Paralelamente à repulsa pela obrigatoriedade da vacina, o jornal levanta ressalvas, considerando que “quase todos os países do mundo, ciosos de sua liberdade, aceitam a vacina obrigatória”<sup>8</sup>, listando em seguida vários países desenvolvidos que se submetem a algo que anteriormente o jornal chamou de inconstitucional. No entanto, prevalece o discurso que acusa a lei de anti-republicana, despótica.

Uma figura que preenche quase diariamente as páginas do jornal, por ser um inimigo contumaz da obrigatoriedade da vacinação, é Barbosa Lima, militar positivista, deputado federal pelo estado do Rio Grande do Sul. Os telegramas que trazem notícias da discussão do projeto anunciam o empenho do deputado em não permitir a aprovação da obrigatoriedade da vacina.

Rio, 3 – o deputado Barbosa Lima continuou, na Câmara, o seu ataque contra a vacinação obrigatória, terminando por antever que aquela corporação será maldita no conceito puro caso vote a lei em discussão.<sup>9</sup>

Rio 5 – o deputado Barbosa Lima apresentou mais 30 emendas ao projeto da vacinação obrigatória (...)<sup>10</sup>

Os telegramas denunciam uma postura mais sóbria e “imparcial” do jornal, porém é importante destacar que essas notícias são oriundas do Rio de Janeiro e ainda poderiam ser “filtradas” ao chegarem à estação telegráfica e também nas mãos dos responsáveis por sua publicação, sendo possível que esses telegramas passassem por uma triagem e por alterações.

Barbosa Lima afirma-se como uma figura singular na Câmara, atacando diretamente a Câmara da qual faz parte, acusando a república de ser inconstitucional. De acordo com Carvalho (1987), Barbosa Lima,

---

<sup>8</sup> ECHO DO SUL. Rio Grande, 14 set. 1904.

<sup>9</sup> TELEGRAMAS. Vacinação obrigatória. *Echo do Sul*, Rio Grande, 3 set. 1904.

<sup>10</sup> TELEGRAMAS. Vacinação obrigatória. *Echo do Sul*, Rio Grande, 5 set. 1904.

juntamente com Lauro Sodré, figura que atingira destaque na eclosão da revolta, fez parte de uma luta pela purificação da república, opondo-se ao governo do ex-monarquista e conselheiro Rodrigues Alves. O deputado manifestava-se contra as oligarquias estaduais, que entendia como base da “república prostituída”, demonstrando que o combate que travava na Câmara não era apenas em defesa do povo, mas também em defesa de suas convicções e interesses políticos.

Sr. Presidente, ainda uma vez volto à discussão do projeto que se debate. Compreenderia que se pudesse ter condescendência para com aqueles que o governo quer, ordena, impõe a aprovação de semelhante projeto. Mas queira ou não queira o governo, a responsabilidade absoluta é da Câmara. Quem vai decretar o despotismo é a Câmara, quem vai decretar a maior das abjeções para o povo, é a Câmara... a Câmara cumpra o seu dever se puder; se não puder, a Câmara que seja maldita!<sup>11</sup>

O jornal reproduz o discurso do deputado na íntegra, elogiando-o por seu talento e ilustração, porém também o chama de violento e incapaz de se submeter a regras. É importante destacar que o jornal mantém uma postura de reprovação ao positivismo<sup>12</sup> e ao castilhismo, características do deputado. Contudo, apesar de não compartilhar dos mesmos ideais políticos do representante da bancada gaúcha na Câmara, o jornal também se afirma contrário ao projeto da vacinação obrigatória. Assim, nota-se que ambos reprovavam a administração vigente, fazendo uso da higiene e da saúde como forma de atingir o governo através da delicada situação sanitária pela qual passava a capital federal.

O *Echo do Sul* mantém a população do Rio Grande muito bem informada a respeito dos desdobramentos da discussão do projeto na Câmara, trazendo também notícias da imprensa da capital do estado. “O *Jornal do Comércio*, (...) demonstrou quanto tem diminuído o número de pessoas vacinadas, ante a questão da obrigatoriedade dessa medida higiênica”<sup>13</sup>. É importante destacar que o *Jornal do Comércio*<sup>14</sup>, folha porto-alegrense, é contra a vacinação obrigatória, afirmando-se como

---

<sup>11</sup> NO PARLAMENTO. Câmara maldita. Barbosa Lima. A vacinação obrigatória. *Echo do Sul*, Rio Grande, 10 set. 1904.

<sup>12</sup> Os positivistas eram contra a obrigatoriedade da vacinação, sob argumentação científica – não acreditavam na eficácia da vacina – e filosófica, considerando-a uma agressão às liberdades individuais (CARVALHO, 1987).

<sup>13</sup> TELEGRAMAS. *Echo do Sul*, Rio Grande, 16 set. 1904.

<sup>14</sup> Fundado e dirigido por Francisco Cavalcanti de Albuquerque, em 1865, em Porto Alegre, o jornal marcou época na história da imprensa no Rio Grande do Sul, seguindo o padrão da moderna imprensa carioca (RÜDIGER, 2003, p. 62).

um “parceiro” do *Echo do Sul*.

Outro deputado que se destaca, na discussão, por ser contrário à vacinação obrigatória, é Germano Hasslocher, que, “opondo-se” a Barbosa Lima, aparenta maior moderação. No entanto, ambos representam na Câmara, juntamente com Brício Filho, a oposição às medidas do governo, sendo que suas argumentações pautam-se na inconstitucionalidade da medida, considerada uma agressão aos direitos do homem.

Rio, 26 – Os deputados contrários ao projeto da vacinação obrigatória continuam, na Câmara, a obstruir a votação, sob o pretexto de encaminhá-la, sendo que das cento e tantas emendas, em dois dias, apenas duas foram votadas.

Rio, 26 – Continuou na Câmara, tumultuariamente, a discussão das emendas apresentadas ao projeto de vacinação obrigatória. A discussão é sistemática, por parte dos deputados Barbosa Lima, Brício Filho e Germano Hasslocher. A Câmara esteve repleta de povo, sendo colocadas forças nas suas imediações.<sup>15</sup>

Os opositores do governo fazem uso de vários artifícios, inclusive das emendas, para adiar a votação do projeto da vacinação obrigatória, agindo também sob a opinião popular, apelando inclusive à moralidade, já que a vacinação obriga à exposição de parte do corpo de mulheres casadas, viúvas, meninas solteiras. Não podemos ignorar que nesse período, o *Echo do Sul*, assim como grande parte da sociedade brasileira que sofria influência da burguesia européia, era resguardado por inúmeros pudores de ordem pública, sendo inconcebível na visão da maioria dos homens permitir que mulheres fossem expostas e tocadas por outros homens, mesmo que estes fossem agentes de saúde.

Segundo Maria Ângela D’Incao, “a cidade burguesa teria sistematicamente de lutar contra comportamentos, atitudes e expressões tradicionais que eram consideradas inadequadas para a nova situação” (1997, p. 226). Assim, uma capital federal que derruba centenas de casas e cortiços para dar lugar à construção de grandes avenidas inspiradas em Paris, também assimila muitos outros hábitos burgueses, como a exaltação da maternidade e a tentativa de preservação da intimidade feminina (D’INCAO, 1997, p. 237), o que não condiz com a obrigatoriedade de expor partes de corpos femininos, independente de ser em prol da saúde pública.

É importante destacar ainda que o telegrama acima citado é um

---

<sup>15</sup> TELEGRAMAS. Vacinação obrigatória. *Echo do Sul*, Rio Grande, 26 set. 1904.

dos poucos que fazem menção ao povo, afirmando que a Câmara esteve concorrida por populares, no entanto isso não demonstra envolvimento direto, apenas interesse da população pela discussão do projeto e pelo próprio “circo” que se estava armando.

As emendas apresentadas por Barbosa Lima ao projeto da vacinação obrigatória são chamadas pelo *Echo do Sul* de extravagantes e originais, principalmente porque a aprovação de apenas uma delas representaria a inutilização do projeto, como a emenda que diz que “não serão vacinadas as pessoas que alegarem motivo de consciência e também as que não quiserem”<sup>16</sup>. O deputado pode demonstrar inocência ou sagacidade ao sugerir emendas tão “revolucionárias”, na medida em que, obviamente, as propostas de alterações com esse teor não seriam aceitas, porém tal atitude poderia garantir a simpatia popular, dada a má impressão que a vacina obrigatória trazia consigo. Vale ressaltar ainda que, apesar de o jornal defender a mesma causa de Barbosa Lima, não perde a oportunidade de ironizar o comportamento do deputado.

Em se tratando da imprensa de modo geral, o *Echo do Sul* exhibe telegramas que afirmam que a maior parte dos jornais brasileiros mostra-se contra a obrigatoriedade da vacinação, o que causou ataques da Câmara contra a imprensa de boa parte do país.

Rio, 29 – Estão fora da lei! Vergonha das vergonhas! Jornaleiros que se prestam a todas as manobras indecorosas! Estão fora da república! Borracheira sem nome! Declarou ainda que a atitude da maioria era a vitória do incondicionalismo sem vergonha! É esperada hoje a aprovação do projeto da vacinação obrigatória. A câmara rejeitou por 108 votos contra 8, todas as emendas, aprovando em seguida o projeto.<sup>17</sup>

A maioria da Câmara mostrava-se a favor do projeto da vacinação obrigatória. O que notamos é uma forte discrepância no número de governistas e oposicionistas, visto que a diferença no número de votos é evidente. Assim como essa decisão contradiz a própria vontade popular, que era maciçamente contra a aprovação da lei. O *Echo do Sul* nos apresenta uma população descontente com a medida, sentindo-se desrespeitada em seus direitos civis.

A discussão em torno do projeto da vacinação obrigatória evidencia como a fraqueza higiênica e sanitária, não só do Rio de Janeiro, mas do país, serviu como instrumento político de ataque ao governo, na medida em que se ressaltava a incapacidade governamental de lidar com o problema de saúde pública pelo qual

---

<sup>16</sup> ECHO DO SUL, Rio Grande, 29 set. 1904.

<sup>17</sup> TELEGRAMAS. Vacinação obrigatória. *Echo do Sul*, Rio Grande, 29 set. 1904.

passava o Brasil. Mesmo antes de ser aprovada, a ação preventiva contra a varíola serviu como arma para atacar o governo, imensamente preocupado em modernizar, principalmente, a cidade do Rio de Janeiro.

Um pronunciamento do jornal, intitulado *Contradições*, traz consigo uma crítica, não só ao governo, mas também a todos os positivistas que não mediram esforços para barrar o projeto, possibilitando que o país, juntamente com as autoridades, ignorasse os outros problemas que tomavam conta da república.

Contra a vacina obrigatória que é uma medida de utilidade pública, ditada unicamente pela necessidade de acautelar a saúde alheia contra a ação cruel da varíola são gerais os protestos, tendo tal discussão levado o tumulto ao seio da câmara dos deputados. O povo rebela-se, não querendo submeter-se àquela imposição, cujo autoritarismo desaparece em face do objetivo que visa e os próprios deputados, que dizem interpretar os sentimentos das massas populares que os elegeram, são os primeiros a levantar a grita infernal. E, como se vê, trata-se de uma questão importante, que importa na salvação de muitas vidas, ameaçada pelo terrível *morbus*. Esquece-se do benefício que da vacina obrigatória pode resultar, para dar ouvidos à voz da vaidade que se revolta contra a imposição de um preceito utilíssimo, aconselhado pelos mais eminentes médicos do mundo. Entretanto, outras questões de maior monta, que afetam diretamente os interesses públicos, merecem o desprezo absoluto dos reacionários. Nesse número está o palpitante assunto do recolhimento de notas. O governo com a maior descara e com manifesta indiferença pelos interesses alheios, exige ditatorialmente que sejam postas fora da circulação as cédulas designadas pela sua vontade absoluta. E essa ordem não merece a honra de uma protelação racional, determinada pelas circunstâncias poderosíssimas do momento. É lei, deve ser cumprida, dizem aqueles a quem incumbe interpretar o pensamento do governo. Mas não se lembram de que o sacrifício exigido ao povo é por demais cruel e injusto, pois acarreta sérios contratempos não só ao comércio como aos particulares, porquanto dificulta as transações, paralisando-as até. O governo não cogitou de suprir suas repartições fiscais com o numerário suficiente para a troca de papel-moeda. Limitou-se apenas a determinar o recolhimento improrrogável até o dia 30 do mês próximo findo. Porventura esse procedimento é sério? Demonstra critério ou boa vontade por parte dos poderes públicos? Certamente que não. Ao passo que isso sucede, provocando naturalmente as mais razoáveis censuras e os mais legítimos protestos, o povo encara o assunto com a sua fleuma habitual, deixando passar incólume o ato incoerente do governo. Amanhã este mesmo governo ou outro qualquer que possa a vir presidir os destinos públicos, se entender cometer os piores desatinos, falo-a com a completa sanção geral. Mas a vacina obrigatória que é uma medida de salvação pública e em benefício

de todos, encontra forte oposição, esperando-se que dê margem a funestos acontecimentos. É uma contradição sem classificativa, mas que bem demonstra o estado atual das inércias cívicas do povo brasileiro.<sup>18</sup>

O *Echo do Sul*, até esse momento, mostrava-se bastante ameno, porém nesse artigo redefine sua posição, tanto em relação às decisões governamentais, quanto para com as reações positivistas que reprovavam o projeto e também em relação ao povo, acusado de inerte. O jornal sai em defesa da obrigatoriedade da vacina, repreendendo o governo por não se preocupar com os obstáculos por que passava o país e também os positivistas que desviaram as atenções do povo de outras necessidades, além do problema da vacina, que os atingia diretamente. A folha rio-grandina, ao longo de suas páginas, demonstra forte preocupação com a economia brasileira, e também com a da cidade do Rio Grande, mostrando-se sempre interessada com os rumos da indústria e do comércio, que são entendidos como um sinal claro de modernidade.

As discussões acerca do projeto não cessam; os deputados continuam a atacar a medida e também a própria Câmara. No entanto, no dia 10 de outubro é anunciada uma representação muito relevante, a qual prenuncia os desdobramentos provocados pela vacinação obrigatória.

Rio, 10 – O governo da república está disposto a agir pronta e energeticamente contra os que procuram alterar a ordem sob o pretexto da obrigatoriedade da vacina, para isso tomou providências de modo a achar-se aparelhado para agir contra os promotores de planos subversivos. O governo conhece os aliciadores das premeditadas desordens. O deputado Belizário de Souza leu, na câmara, uma representação dos militares, contra a vacina obrigatória.<sup>19</sup>

O jornal afirma ainda que, inegavelmente, mesmo que de maneira extra-oficial, o governo estava se preparando para a defesa. Um mês antes da revolta já estava armando-se, demonstrando que, fosse qual fosse o desejo dos subversivos, militares ou civis, não encontrariam passividade. O telegrama prevê o que, efetivamente, ocorrerá nas ruas do Rio de Janeiro, visto que os militares “subversivos”, com apoio de algumas escolas militares da cidade, sairão às ruas para combater as forças governamentais, também militares que recebem apoio do exército e da marinha, sob a justificativa da imoralidade do projeto, contudo,

---

<sup>18</sup> CONTRADIÇÕES. *Echo do Sul*, Rio Grande, 4 out. 1904.

<sup>19</sup> TELEGRAMAS. Vacinação obrigatória. *Echo do Sul*, Rio Grande, 10 out. 1904.

mais do que a reprovação da lei, os militares revoltosos querem assumir o poder. Assim temos um conflito entre governo e um grupo de militares revoltosos, que, além de exigirem a revogação da lei da vacinação obrigatória, buscam maiores poderes políticos.

Nos dias 21, 26 e 27 de outubro tem seguimento a discussão, mas no dia 28 o projeto de vacinação obrigatória segue para que possa receber a sanção do presidente da república Rodrigues Alves. Nesse ponto encerra-se a pré-fase da revolta da vacina: a tensão acerca da aprovação ou não do projeto da vacinação obrigatória. A partir desse momento está instituída a lei, sendo necessário apenas que se organize sua regulamentação. Inicia-se, assim, o período em que o desconforto popular acentua-se (CARVALHO, 1987). Enquanto isso, militares revoltosos e políticos exploram a situação para atacar de maneira direta e objetiva o governo, não se resguardando apenas a ataques verbais.

Rio, 5 – O grupo contrário à vacinação obrigatória cogita a fundação, nesta capital, de uma liga contra o mesmo projeto. Haverá hoje uma reunião nesse sentido, devendo falar o Dr. Lauro Sodré. A reunião da Liga contra a vacinação obrigatória terá lugar na sede do Centro das Classes Operárias.<sup>20</sup>

Conforme Carvalho (1987), essa liga era uma organização destinada a resistir à vacinação obrigatória de forma legal, ou, caso fosse necessário, por meios violentos. O tenente-coronel Lauro Sodré foi um dos maiores opositores do projeto no Senado, sendo posteriormente considerado o líder da revolta pelo *Echo do Sul*.

A partir desse momento a situação torna-se tensa, na medida em que a lei, segundo Carvalho, continha apenas dois artigos, ficando sua regulamentação a cargo do redator do projeto, Oswaldo Cruz. Regulamento que, após ser elaborado, não agradou nem aos defensores da vacinação obrigatória, dada sua rigidez.

A historiografia oficial demarca a eclosão da revolta no dia 11 de novembro de 1904, data que tomamos como base, porém os telegramas posteriores a essa datação é que irão representar a revolta de maneira mais violenta.

Rio, 11 – O dr. Lauro Sodré, em discurso pronunciado no senado, negou que houvesse aconselhado a revolução contra a vacina obrigatória, dizendo que expôs apenas princípios que sancionam o direito de resistência. Ramiro Barcellos respondeu-lhe com ironia. - Provavelmente será retocado o projeto de regulamento para a vacinação obrigatória. - O

---

<sup>20</sup> TELEGRAMAS. Vacinação obrigatória. *Echo do Sul*, Rio Grande, 5 nov. 1904.

Paiz, em editorial, ataca a atitude do dr. Lauro Sodré na questão da vacina e declara que combaterá qualquer movimento que aquele senador antevê, na esperança que uma última onda de sangue fratricida o leve na sua espumarada aos umbrais do catete. Esse artigo tem sido muito censurado, estabelecendo-se a discussão na imprensa. - Na câmara o deputado Brício Filho atacou o projeto de regulamentação da vacina. A imprensa também ataca o projeto. - O dr. J. J. Seabra, ministro do interior e justiça, declarou aos jornalistas que só faz questão que o regulamento consigne a cláusula de que cada pessoa pode ser vacinada pelo médico de sua confiança. Disse ainda que entregou o projeto a autoridades concededoras da matéria, para que o estudem e o modifiquem a vontade.<sup>21</sup>

Após a aprovação da lei, a discussão assume a temática da regulamentação, muito contestada, pois impossibilita qualquer chance de evitar a vacinação, visto que impede a matrícula em escolas, vínculo empregatício formal e não formal, voto, viagens, casamento; sem que seja apresentada prova autenticada de vacinação.

Rio, 12 – Houve ontem uma nova reunião da liga contra a vacina. Vicente Souza, em vibrante discurso, concitou o povo a resistir na praça pública contra aquela medida.- Falou-se ontem do pedido de demissão do dr. Osvaldo Cruz, diretor do serviço de higiene desta capital. Segundo as versões correntes, motivou tal deliberação o fato de ter-se o ministro do interior, o dr. J. J. Seabra, manifestado-se contrário ao projeto de regulamento da vacina, confeccionado por aquele funcionário. - A imprensa continua a combater a vacinação obrigatória, tendo já havido nas ruas pequenos distúrbios, provocados pelo anúncio de um *meeting* que não se realizou ontem.- Os médicos, convocados para a última reunião da secretaria do interior, são contrários ao regulamento da vacinação, tendo o dr. Teixeira Brandão, que defendeu na câmara os princípios da obrigatoriedade, declarado que, caso fossem promulgadas as disposições daquele projeto, dando isso origem a uma revolução, se alistaria entre os brasileiros que assim se batessem pela sua liberdade. O próprio diretor da higiene não faz questão da obrigatoriedade da vacina, dizendo que só por meios violentos se poderá torná-la efetiva.<sup>22</sup>

O “empurra-empurra” é inegável, até os defensores do projeto procuraram isentar-se de qualquer participação na discussão e aprovação da lei. Outros, todavia, não só prometem pegar em armas, como incitam o povo a fazê-lo. Políticos de diferentes posições encontram-se em polvorosa, já que a tensão na capital é latente. Os

---

<sup>21</sup> TELEGRAMAS. Vacinação obrigatória. *Echo do Sul*, Rio Grande, 11 nov. 1904.

<sup>22</sup> TELEGRAMAS. Vacinação obrigatória. *Echo do Sul*, Rio Grande, 12 nov. 1904.

oposicionistas incentivam a indignação popular, vendo no caos sanitário uma forma de derrubar o governo. Já os governistas assumem uma postura curiosa, como o próprio diretor da higiene, que apesar de ser o redator do projeto, declara não entender o porquê da obrigatoriedade.

Os telegramas vindos da capital passam a ocupar várias colunas do jornal que em momento algum anuncia a revolta como revolta da vacina, mas faz referência aos acontecimentos como *Revolta no Rio, Sérios Tiroteios, Insurreição das Escolas Militares, Plano de Deposição do Presidente da República*.

A partir desse momento, nem os telegramas, nem o editorial do jornal trazem referências à inconstitucionalidade da vacinação obrigatória. Notícias de arruaças e violências assumem posições principais, revelando os desejos de militares oposicionistas de desestabilizar o governo.

Rio, 15 – A população tem sido presa da mais veemente emoção, perante os trágicos acontecimentos que se desenrolam nesta capital. A opinião geral condena a atitude de Barbosa Lima e Lauro Sodré, que se fracassarem nos seus intentos de rebeldia, arrastarão consigo todo o prestígio do positivismo. Logo de madrugada, surgiram os arruaceiros, que se tinham juntado nos arrabaldes e daí convergiram para o centro da cidade, quebrando os bondes, arrancando postes de lâmpões e disparando tiros. Os desordeiros foram enfrentados pela polícia e por numerosos empregados da higiene, produzindo-se durante cinco minutos forte tiroteio. Na expectativa de mais graves acontecimentos, fez o chefe de polícia uma declaração pela qual aconselhava a população pacífica a ficar recolhida em suas casas.

Rio, 15 (às 11 horas da manhã) – O movimento generaliza-se. Neste momento acaba de revoltar-se a escola militar. A brigada policial seguiu a cercar o quartel a fim de oferecer combate.

Rio, 15 (ao meio-dia) – A brigada policial foi repelida no primeiro encontro. Meia hora depois, redobrando de esforço, voltou à carga, conseguindo fazer recuar os revoltosos que eram chefiados pelo general Travassos. É grande o número de feridos e mortos. O general Travassos, durante o combate, recebeu um tiro no ventre, sendo o seu estado gravíssimo. O Dr. Vicente de Souza, segundo vice-presidente da liga contra a vacina, também dirigiu na escola militar o movimento. Depois de uma resistência de 5 horas, os alunos da escola militar foram obrigados a render-se, penetrando as forças legalistas no quartel e aí aprisionaram Vicente de Souza, procurando deter Alfredo Varela, que também ali se achava a açar os alunos. Ramiro Barcelos escapou de ser morto, no momento em que se dirigia para a escola a fim de conferenciar com os alunos aconselhando-lhes obediência ao governo. Todos os alunos que

se encontravam na escola militar foram recolhidos a diversas fortalezas. Diz-se que foi decretado o estado de sítio e expedida uma ordem de prisão contra o tenente-coronel senador Lauro Sodré, que também se acha foragido.<sup>23</sup>

Como podemos notar no telegrama, não se discute mais a vacinação e sim as questões envolvidas em torno dos achques. Lauro Sodré é um dos primeiros a ser criticado, acusado de incitar não só o povo, como também os alunos das escolas militares<sup>24</sup>. Diante do levante de parte dos militares, o governo recebe apoio da Marinha e de alguns contingentes militares que não se revoltaram.

Rio, 15 (às 4 horas da tarde) – Depois da rendição da escola militar, parecem voltar à calma aos ânimos exaltados. Isto dá margem a que se apure a verdade dos acontecimentos, podendo-se apanhar a revolta nas suas mais particulares minudências. Sabe-se que o general Alípio Costallat foi surpreendido à noite pela visita do general Travassos, que o intimou a depor no comando da escola militar. O general Costallat não teve energia para repelir a intimação e abandonou o comando da escola ao general Travassos, que imediatamente saiu para a rua, acompanhado dos alunos, competentemente armados e municionados. Os alunos, engodados, levaram a certeza, assegurada por Lauro Sodré, de que podiam contar com a solidariedade de todas as forças de terra e mar. Assim dispostos levavam marcha para o palácio do Catete, quando foram enfrentados pela Brigada Militar, que lhes ofereceu combate, obrigando-os de novo a refluir para o quartel. O movimento tinha por fim depor o presidente Rodrigues Alves e proclamar a ditadura sob o governo de Lauro Sodré.<sup>25</sup>

Os telegramas denunciam a violência com que foi reprimida a revolta, sendo interessante notar que as páginas dos jornais estavam repletas de notícias sobre políticos, militares, marinheiros e forças governamentais que participaram dos combates. O povo, apesar de ser o episódio considerado uma revolta popular, se participou, não teve espaço nas páginas do jornal, o que apóia a hipótese de que a higiene e

---

<sup>23</sup> TELEGRAMAS. Revolta no Rio. Sérios tiroteios. Mortos e feridos. Insurreição das escolas militares. Repressão enérgica das arruaças. Fracasso da revolta. O plano de deposição do Presidente da República. Detalhes sensacionais. *Echo do Sul*, Rio Grande, 16 nov. 1904.

<sup>24</sup> Em 1905 o jornal passa a exibir telegramas e pequenas notas em que anuncia a anistia a muitos envolvidos na revolta.

<sup>25</sup> TELEGRAMAS. Revolta no Rio. Sérios tiroteios. Mortos e feridos. Insurreição das escolas militares. Repressão enérgica das arruaças. Fracasso da revolta. O plano de deposição do Presidente da República. Detalhes sensacionais. *Echo do Sul*, Rio Grande, 16 nov. 1904.

a saúde serviram como artifício político, na tentativa de enfraquecimento do governo. “O povo não tomou parte nas arruaças e mostra-se confiante na ação dos poderes constituídos”<sup>26</sup>. Uma contradição, já que a historiografia oficial reserva à revolta da vacina um cunho popular.

O *Echo do Sul* apresenta-nos uma revolta, aparentemente, com lados definidos: governo (a favor da obrigatoriedade da vacina) tem apoio de parte dos militares e da marinha e também de muitos representantes na Câmara e Senado; os militares subversivos (contra a obrigatoriedade da vacina) contam com o apoio das escolas da Praia Vermelha e do Realengo (com tendências positivistas) e ainda com alguns representantes na Câmara e no Senado. A hipótese levantada neste trabalho é de que os “levantinos” tinham interesses que ultrapassavam o respeito à liberdade individual e à moralidade. No entanto, dados os “lados” do conflito, em que plano se estabelece a teoria de que a revolta da vacina foi uma sublevação que contou com forte apoio e participação popular? Neste escrito não existe a menor pretensão de derrubar essa possibilidade, mas a intenção de explorar a maneira pela qual o jornal rio-grandino representou a revolta, ou seja, a partir da análise do conteúdo da folha, o que notamos é a narração de uma revolta política, aliada a uma série de interesses, que não teve o menor resquício de envolvimento popular.

Enquanto isso, os telegramas divulgam notícias de que “o governo continua prestigiado e forte”<sup>27</sup>. O dia 17 de novembro ainda traz algumas notas sobre feridos, sobre os prejuízos, sobre os revoltosos presos e também sobre os “fujões”. Lauro Sodré é acusado de ter fugido diante da resistência, depois se cogita seu suicídio e também se comenta que se encontra escondido e ferido. No dia 18 a cidade volta à sua rotina normal, segundo o jornal.

Carvalho (1987) enumera diferentes motivos para explicar a eclosão da revolta: a justificação moral baseada em valores modernos, o descontentamento da massa, o autoritarismo governamental, a reforma urbana. Entretanto, consideramos que o elemento mais forte impulsionador desse evento foi o pretexto encontrado por opositores do poder vigente, vendo na fragilidade higiênica e popular, diante da perda

---

<sup>26</sup> TELEGRAMAS. Revolta no Rio. Sérios tiroteios. Mortos e feridos. Insurreição das escolas militares. Repressão enérgica das arruaças. Fracasso da revolta. O plano de deposição do Presidente da República. Detalhes sensacionais. *Echo do Sul*, Rio Grande, 16 nov. 1904.

<sup>27</sup> TELEGRAMAS. Revolta no Rio. Sérios tiroteios. Mortos e feridos. Insurreição das escolas militares. Repressão enérgica das arruaças. Fracasso da revolta. O plano de deposição do Presidente da República. Detalhes sensacionais. *Echo do Sul*, Rio Grande, 16 nov. 1904.

de entes queridos e do medo constante de ser infectado, uma possibilidade de efetuar uma manobra contra o governo.

A Revolta da Vacina pode ser entendida sob diferentes olhares. Neste trabalho privilegiamos um enfoque político, na medida em que o jornal *Echo do Sul* denuncia, em suas inúmeras notícias e telegramas, uma luta política e não popular, constituindo-se com sua linguagem em uma maneira muito particular de “ler” a revolta, articulada pelo seu engajamento político, mesmo que “ameno”. Assim, lançamos mais um olhar sobre um acontecimento tão discutido, mas que continua a guardar surpresas instigantes.

## FONTE

*Echo do Sul*. Rio Grande, 1º set. 1904 – 18 nov. 1904.

## BIBLIOGRAFIA

ALVES, Francisco das Neves. *O partidarismo por opção discursiva: o Echo do Sul e seu discurso político-partidário*. Rio Grande, Furg: 2001.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: REMOND, René (org). *Uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. As Forças Armadas na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Org.). *III. O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. v. 2: Sociedade e instituições (1889-1930).

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2006.

LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

